

2ª Reunião Ordinária do Conselho de Graduação

[Reunião ordinária realizada dia 15 .12.10 - Anfiteatro Leitão da Cunha - 08:00 às 10:30h]

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, nesta cidade de São Paulo, à Rua Botucatu, nº 740, no Anfiteatro Leitão da Cunha, reuniram-se os Senhores membros do Conselho de Graduação da UNIFESP, sob a presidência do Ilustríssimo Pró-Reitor de Graduação, Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge. Tendo os senhores conselheiros, assinado o livro de presença e, constatando-se *quorum* de trinta e três (33) presentes, o Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando os presentes e **justificando as ausências** do Prof. Dr. Henrique Manoel Lederman (representante dos professores titulares) e do Prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas (Diretor Acadêmico do *Campus* Guarulhos), cuja representação seria feita pela Vice-Diretora Acadêmica do *Campus* Guarulhos, Prof^ª. Dr^ª Marcia Regina Tosta Dias. O Senhor Presidente avisou que, na presente reunião, **não haveria INFORMES** a serem dados. Alertou que o item 8F, a saber, ***Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia nas modalidades Bacharelado e Bacharelado e Licenciatura*** seria **retirado da ordem do dia**, pois ainda precisava de acertos antes de ser submetido à apreciação do Conselho de Graduação, o que só seria feito na reunião seguinte, a realizar-se em fevereiro de dois mil e onze (02/2011). Feita a retificação da pauta, o Sr. Presidente passou a discutir os itens da pauta. **ORDEM DO DIA:**

1- ***Coordenação do Curso de Engenharia Química***. O Senhor Presidente alertou a todos os conselheiros que as listas para escolha de coordenadores deveriam ser tríplices, isto é, constar de 3 (três) nomes. Quando ocorresse inexistência de voluntários ao cargo, seria necessário completar a lista de alguma maneira, já que haveria uma tendência a escolher o mais votado. A lista remetida ao Senhor Presidente do Conselho, Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge, indicava apenas 2 (dois) nomes levados a escrutínio. O nome da Prof^ª Dr^ª Romilda Fernandez Felisbino foi apresentado como o mais votado (62%), em segundo lugar foi indicado o nome da Prof^ª Dr^ª Cristiane Rei Martins (38%) conforme documentação anexa. O mandato do próximo coordenador do Curso de 'Engenharia Química' inciar-se-à aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e onze (10/01/2011). O nome da Prof^ª Dr^ª Romilda Fernandez Felisbino foi escolhido pelo Pró-Reitor para ser submetido à votação para homologação pelo conselho, tendo sido aceito por unanimidade. Passou-se ao segundo item da pauta, a saber, 2- ***Coordenação do Curso de Ciências Biológicas***. A Prof^ª Dr^ª Suzette Maria Cerutti, coordenadora no curso de Ciências Biológicas informou sumariamente ao Conselho o procedimento eleitoral realizado no âmbito do Curso de Ciências Biológicas e que culminou na apresentação da lista tríplice encaminhada para apreciação (vide carta anexa). Dois nomes – Prof. Dr. José Eduardo de Carvalho e Prof^ª Dr^ª Cinthia Aguirre Brasileiro - foram os mais votados, sendo o terceiro nome (Prof.^a Dr^a Kátia Pellegrino) indicado pela Comissão Eleitoral do curso para compor a lista. Submeteu-se à votação, a indicação do nome do Prof. Dr. José Eduardo de Carvalho para Coordenação de Curso de 'Ciências Biológicas'. O nome do Prof. Dr. José Eduardo Carvalho para a coordenação do Curso de Ciências Biológica, cujo mandato inciar-se-à em primeiro de março de dois mil e onze (01/03/2011), foi homologado por unanimidade dos votos dos conselheiros presentes. O Sr. Presidente deu prosseguimento a pauta, passando ao próximo item: 3- ***Coordenação do Curso de Farmácia e Bioquímica***. Foi apresentado aos Srs. Conselheiros a lista tríplice decorrente de processo eleitoral realizado no mês de Novembro de dois mil e dez (conforme documentação anexa), indicando (nesta ordem) os nomes dos professores: Prof. Dr. Newton Andreo Filho, Prof. Dr. Edimar Cristiano Pereira e Prof. Dr. Paulo Roberto Regazzi Minardi para a coordenação do curso de 'Farmácia e Bioquímica' para o mandato de março de dois mil e onze à fevereiro de dois mil e treze (03/2011 a 02/2013). O nome do Professor Dr. Newton Andreo Filho foi aceito por

unanimidade. O Senhor Presidente, Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge, avisou que apenas o cargo de coordenador precisaria ser submetido à votação no Conselho de Graduação; a vice-coordenação seria de escolha do coordenador eleito havendo apenas a necessidade de comunicar ao Conselho o nome escolhido. Para o próximo item da pauta, a saber, **4- Perfil acadêmico e identidade do Campus da Unifesp – São José dos Campos**, o Senhor Presidente convidou o Prof. Dr. Armando Zeferino Milioni, diretor acadêmico do *Campus* São José dos Campos para apresentar o perfil acadêmico e Identidade do *Campus* São José dos Campos- UNIFESP. O professor ressaltou que o trabalho ora apresentado era resultado da comissão nomeada em abril pelo Pró-Reitor de Graduação, Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge, com o objetivo de construir um texto com a identidade do *campus* São José. A comissão pretendia, também, apresentar a visão projetada para o *Campus* dos próximos dez (10) anos para apreciação dos Conselheiros. O diretor do *Campus* São José dos Campos ressaltou que apresentaria a estrutura e as justificativas para as propostas com base em números (maiores detalhes na documentação anexa). Apresentando a entrevista concedida pelo Prof. Dr. Luiz Eugênio à revista da FAPESP, o professor filiou-se à posição defendida na entrevista: a necessidade de mais engenheiros formados no Brasil. Argumentou que a Coréia do Sul, outro país em forte desenvolvimento recente, apesar de ter menos jovens tem mais estudantes de engenharia, o que seria indício da diferença no padrão de industrialização e desenvolvimento de tecnologia de ponta entre os dois países. Em termos de identidade do *Campus*, o professor situou a história da UNIFESP- São José dos Campos dentro da cidade que o abriga: São José dos Campos. A cidade destacou-se, em seu desenvolvimento histórico, por ser um dos municípios mais importantes do Brasil com muitas vagas de ensino superior, porém poucas de ensino superior público e gratuito. O diretor do *campus* destacou que São José dos Campos recebeu bem a UNIFESP sendo esperado que a Instituição retribua o acolhimento recebido e possa contribuir para o desenvolvimento local. Sublinhou os progressos vislumbrados para um futuro próximo como as futuras instalações no Parque Tecnológico, cujas obras iniciar-se-ão no ano de dois mil e onze (2011) com previsão de mudança para o novo prédio em dois mil e treze (2013). O diretor acadêmico do *Campus* São José dos Campos lembrou que a Instituição recebeu até o momento um montante doado no valor de dez (10) milhões de reais. Nesse contexto, defendeu a importância de uma aprovação, pelos Conselhos Superiores da UNIFESP, de um plano de trabalho a altura da recepção que o campus teve. No âmbito da devolutiva à sociedade, o professor Milioni sublinhou a importância de um Bacharelado Interdisciplinar com o objetivo de formar pessoas autodidatas em cursos mais curtos, que permitam também o aprendizado em outros locais. Diferentemente de um Curso de Tecnólogo, que forma um especialista que sabe muito de muito pouco, um bacharelado como o do BCT (Bacharelado em Ciência e Tecnologia) prepara o discente para múltiplas possibilidades de atuação. Tal formação vem ao encontro da relação atual do mercado, uma vez que, com algumas exceções, muitos dos formados não trabalham estritamente em sua área de formação (vide tabela na documentação anexa). O Professor sublinha o quanto a proposta fora inovadora, uma vez que a primeira formulação completa do Curso de Bacharelado em Tecnologia feita pelo Professor Bevilacqua, foi realizada quatro (4) anos antes da “Declaração de Bologna”. Lembrou a entrada da Universidade em São José dos Campos ocorreu de forma “acanhada”. Comparado a outro *Campus* com quase o mesmo tempo de vida como o *Campus* de Diadema, o *Campus* de São José dos Campos teve poucos professores, poucos alunos e poucos formandos. Destacou que a apresentação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) sobre São José dos Campos estava ruim, pois o plano de crescimento do *campus* conflitava com a generosidade com que campus fora recebido. Comparado ao ITA, cujas instalações encontravam-se na mesma cidade, o *campus* teria metade dos docentes com o triplo de alunos. Tal situação geraria uma universidade tipo A (ITA) e tipo C (UNIFESP), o

que não seria desejável. Enfatizou também o conflito entre esse plano e o artigo segundo do Estatuto. Com o exposto (cujos detalhes encontram-se na Proposta anexa) o diretor do *Campus* São José dos Campos, Prof. Dr. Armando Zeferino Milioni, solicitou a aprovação do novo plano geral pelos Srs. Conselheiros. Lembrou que outras Universidades que estão a caminho, ou sendo planejadas, podem dificultar um crescimento da UNIFESP em São José dos Campos caso ela não apresente, hoje, um projeto adequado e grandioso para os próximos anos. Entre essas ameaças citou a chegada da UNIFEI a São José dos Campos e ao Parque Tecnológico, no qual seria bem recebida. Lembrou ainda que haveria um projeto de lei proposto pelo Deputado Federal Carlinhos de Almeida, que intentava instalar a Universidade Federal do Vale do Paraíba. Solicitou uma transferência de magnitude de quarenta e cinco (45) a cinquenta (50) contratações por ano com um aumento de cem (100) vagas ofertadas por ano. Lembrou que esse crescimento poderia ser apoiado com parceiras das grandes indústrias locais como EMBRAER, Petrobrás e Vale caso tivessem uma maior presença na região. Pediu ao Pró-Reitor, Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge, o envio do texto completo a todos os conselheiros. A solicitação foi aceita pelo Pró-Reitor, que confirmou o posterior envio do Material pela Secretária do Pró-Reitor, Ângela Borges. Na sequência, o Presidente do Conselho, Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge abriu a sessão para os questionamentos dos Conselheiros. Após intensa discussão, os Srs. Conselheiros ressaltaram a não especificidade da situação ao *Campus* São José dos Campos, esclarecendo que há outros *campi* enfrentando situações dramáticas assim como o preparo existente para um modelo de Graduação no estilo *college*. Para o primeiro questionamento, o Prof. Dr. Armando Zeferino Milioni esclareceu o pedido de São José não seria tamanho a ponto de atrapalhar a distribuição dos recursos entre os *campi* de expansão. Sublinhou ainda que a ideia e plano para consolidarem o campus ultrapassava o âmbito do Conselho de Graduação (CG) devendo, como seria feito, serem levados ao Conselho Universitário (CONSU). Lembrou que quanto às demandas de toda Universidade, a autoridade indicada para responder seria o Mag.^o Reitor. Quanto ao segundo questionamento (o preparo existente para um modelo de Graduação no estilo *college*), lembrou que o Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT) seria uma alternativa de modelo, mas não representaria uma mudança como um todo no sistema, uma vez que o modelo de expansão da Universidade foi projetado com o viés da interdisciplinaridade. A professora Dr.^a Wilma Peres Costa, coordenadora do Curso de História, questionou ao Presidente assim como a todo o Conselho, se os demais *campi* também poderiam construir projetos similares e trazer para a discussão com os colegas. O Ilmo. Pró-Reitor, Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge, esclareceu que a portaria que determinou a formação da Comissão responsável por elaborar a Proposta “Perfil Acadêmico e Identidade do *Campus* da UNIFESP- São José dos Campos.” fora feita pela demanda do próprio *campus*. Declarou que iniciativas como a de São José não só seriam bem-vindas, mas necessárias. Reiterou que a proposta, embora ultrapassasse a dimensão do Conselho de Graduação (CG), deveria ser avaliada apenas do ponto de vista da Graduação para seguir para outras instâncias. Destacou a importância dessa atitude no contexto atual, em que não haveria o desejo por novos *campi* de expansão, apenas consolidação dos já existentes. Sem novas colocações, a proposta foi submetida à apreciação, tendo sido aprovada com quatro (4) abstenções. Em seguida, foi analisado o quinto item da pauta, 5- **Reposição de aulas Campus Guarulhos e Baixada Santista.** A discussão foi iniciada pela reposição do *Campus* Guarulhos. A Prof.^a Dr.^a Márcia Regina Tosta Dias esclareceu que, no *campus* do qual é representante, a paralisação atingiu apenas o corpo discente. A docente propôs que as aulas fossem estendidas até dia dezoito (18) de fevereiro, quando seria encerrado o semestre. Explicou que, embora muitas disciplinas já tivessem cumprido dois terços (2/3) da carga horária, era necessário respeitar os cem (100) dias letivos do semestre, em obediência à legislação pertinente. Esclareceu que as atividades e a forma de

reposição foram planejadas por cada professor e curso, sempre destinando um tratamento especial aos formandos, o que incluiu inclusive o pedido (já aceito pelo pró-reitor) de um período especial destinado ao lançamento na pasta verde para tais alunos. Nesse novo calendário proposto (detalhes na documentação anexa), os sábados seriam privilegiados e até mesmo os domingos seriam utilizados - quando fossem necessários - não para aulas em si, mas para palestras e outras atividades acadêmico-culturais. O Sr. Presidente, Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge enfatizou que, em nenhum momento, a Reitoria reconheceu legitimidade na greve de Guarulhos e Baixada Santista. Observou que o tempo dos alunos, da administração e da burocracia federal não eram iguais, ainda assim seria preciso um calendário que os conciliasse contemplando o compromisso assumido pelo Mag.^o Reitor de não apresentar um calendário de reposição no qual houvesse espírito de retaliação aos alunos. A recomendação repassada aos docentes fora de que a reposição das aulas fosse feita minimizando seus efeitos danosos. Após esse adendo, o Ilmo. Presidente ratificou que, pela análise feita, a proposta apresentada não contrariava os compromissos assumidos pelo reitor, podendo ser votada. A Prof.^a Dr.^a Márcia salientou o esforço demandado através de diversas reuniões a fim de diminuir ao máximo os efeitos desastrosos da reposição. O Sr. Presidente, Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge, abriu a sessão para a manifestação dos Srs. Conselheiros. A Prof.^a Dr.^a Vilma Peres Costa, coordenadora do Curso de História, esclareceu que o documento ora submetido era bastante flexível, cuja viabilidade deveu-se à ampliação dos prazos, incluindo os prazos relativos a Pasta Verde, após concessão especial da Pró-Reitoria de Graduação. Notou a necessidade de se ter um cuidado especial com o uso de palavras como 'retaliação', pois evocariam uma postura docente que flutuasse entre o paternalismo ou a vingança. Da mesma forma, solicitou cuidado com o uso do conceito de reposição, pois não seriam apenas aulas, mas prorrogação de prazo de provas, trabalhos e exames. No período de complementação do semestre - a saber, de quinze de dezembro de dois mil e dez (15/12/2010) a dezoito de fevereiro de dois mil e onze (18/02/2011) - ficaria autorizado o período matutino (uma vez que os cursos do *campus* são vespertinos), tal como o uso dos sábados e domingos. A Pasta Verde acompanharia esse novo calendário sendo reaberta do dia dois de janeiro de dois mil e dez (02/01/2010) até dezoito de fevereiro de dois mil e onze (18/02/2011). Sem novas manifestações, o Ilmo. Presidente submeteu o calendário à votação, tendo sido aprovado com três (3) abstenções. Prosseguindo a sessão, o calendário de reposição do *Campus* Baixada Santista foi apresentado pela Coordenadora da Câmara de Ensino de Graduação, Prof.^a Dr.^a Carla Cilene Baptista da Silva. A exposição da professora começou com a apresentação do trâmite de proposição do calendário no *Campus*. Enfatizou a legitimidade da proposta em todos os âmbitos, uma vez que havia sido elaborada pela Câmara de Ensino e Graduação, que, além da representação Técnico-Administrativa e Docente, tinha uma representação discente maior do que as normalmente encontradas nas demais Câmaras. Destacou a particularidade da paralisação no *Campus* da Baixada Santista, uma vez que a paralisação ocorreu em tempo superior ao do *Campus* Guarulhos e atingiu também as atividades do corpo docente. Notou, porém, que tal paralisação não afetou os formandos, cujas atividades predominantes (atividades práticas e estágios) não foram paralisadas nesse período. Por esse motivo houve a proposição de dois calendários distintos: um para os alunos que farão estágio no ano de dois mil onze (6^o termos de todos os cursos e 8^o termo de 'Psicologia') e outro para os que não terão estágio no próximo semestre ('2^o, 4^o termos de todos os cursos, além do 6^o termo de 'Psicologia'). Para o primeiro grupo, em virtude do prazo dos convênios efetuados para a realização do estágio, cujo início foi estabelecido para fevereiro, o calendário seria mais intensificado, terminando-se as atividades em janeiro. Já para os demais, o novo calendário faria a previsão de atividades até o dia vinte e cinco (25) de fevereiro; data em que se encerraria o semestre letivo. A Pasta Verde para esses casos seria prorrogada até dia três (03)

de março. As aulas, nesse segundo calendário, seriam iniciadas no dia quatorze de março de dois mil e onze (14/03/2011). A professora terminou sua apresentação salientando que, no caso da Baixada Santista, haveria de fato uma reposição de aulas, com novos agendamentos das aulas perdidas e a realização de algumas atividades à distância. O Ilmo. Presidente salientou as particularidades da reposição da Baixada: paralisação mais longa (o dobro do tempo) e paralisação também do corpo docente. Não havendo nenhuma inscrição para fala por parte dos Srs. Conselheiros, o calendário foi submetido à votação. Houve a aprovação do calendário com uma (01) abstenção. Dando prosseguimento à reunião, passou-se ao item seis da pauta, a saber, **6- Convênios para Estágios em Empresas Privadas**. O Pró-Reitor de Graduação, Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge, apresentou o novo procedimento para estágio com as empresas privadas, visando uma tramitação mais ágil do processo, já que a Procuradoria da UNIFESP exige documentos adicionais aos normalmente exigidos por outras universidades públicas, quer estaduais, quer federais. Com o auxílio dos servidores da PROGRAD, Carla Marquezi (responsável pelos estágios) e Márcio Kobata (Bacharel em Direito) foi elaborado um modelo para o processo de convênio de estágio, já discutido e aprovado pelo Reitor e pela Procuradoria. A partir de então, o processo dos convênios seria facilitado, pois não seria mais necessário tramitar todos os processos pela Procuradoria. O convênio com as empresas que aceitassem o modelo seria simplificado, passando diretamente para a conferência dos documentos pela Pró-Reitoria de Graduação. Para as empresas que não concordassem com o modelo, o processo continuaria seguindo o trâmite habitual. Todas as informações necessárias, assim como o modelo estariam disponibilizadas no site da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). O Pró-Reitor de Graduação salientou que, como gestor, estaria assumindo a responsabilidade por esses convênios, a partir do momento em que o modelo de simplificação fosse votado na presente sessão. Na sequência, o Ilmo. Presidente abriu a sessão para as considerações dos Srs. Conselheiros. A conselheira, Prof.^a Dr.^a Vilma Peres Costa, coordenadora do Curso de História, expôs sua preocupação quanto aos problemas enfrentados também com os convênios entre os órgãos públicos e as Universidades. O Pró-Reitor de Graduação explicou que o modelo atual não poderia se estendido aos convênios firmados com órgãos públicos, mas que essa situação também já estaria sendo pensada com a construção de um modelo similar, mas próprio para esses convênios. O Prof. Dr. José Emílio agradeceu o esforço da equipe que permitiu, até o momento, fechar todos os estágios com as empresas. A Prof.^a Dr.^a Márcia questionou sobre o estatuto das Organizações Não Governamentais (ONGS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). A pedido do Sr. Presidente, o servidor Márcio Kobata explicou que ONGs e OSCIPs enquadrar-se-iam no termo ora apresentado, uma vez seriam empresas privadas com registro junto ao Ministério Público. A Prof.^a Dr.^a Maria Leduina de Oliveira e Silva, coordenadora do Curso de Serviço Social do *Campus* Baixada Santista, questionou sobre a não necessidade de convênio com empresas a partir da nova lei de estágio, ao que foi esclarecida pelo Sr. Márcio Kobata de que a obrigatoriedade não se relacionava ao vínculo criado pelo Estágio, mas ao fato de estarmos em uma instituição pública, sob a lei 8666/93. Não havendo novas inscrições para debate o tema foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento à reunião, passou-se a analisar o item 7- **Alterações de Matrizes Curriculares**. Dando início a sessão de alterações de matrizes, tratou-se da alteração **7A- Curso de Ciências Ambientais**. A Prof.^a Dr.^a Ana Luisa Viatti Bittencourt, coordenadora do Curso de 'Ciências Biológicas' foi convidada a apresentar as alterações da matriz curricular proposta. Explicou a mudança do termo da UC '*Estatística*' do quarto termo (4º) para o primeiro (1º), pois no entender da Comissão de Curso esse conhecimento seria básico para outras UCs que seriam dadas antes do quarto termo como: Biologia Evolutiva e Ecologia Geral. Solicitou ainda a alteração da denominação de quatro (04) unidades curriculares:

'Estatística', 'Estudos de Paisagem', 'Ecologia Terrestre' e 'Ecologia Aquática'. Procurando alinhar os nomes da UC com seus conteúdos programáticos, perfis e objetivos, a UC 'Estatística' passaria a ser 'Estatística Aplicada à Análise Ambiental'; a UC 'Estudos de Paisagem' seria denominada como 'Solos e Paisagem', a UC 'Ecologia Terrestre' ficaria sendo chamada 'Ecossistemas Terrestres' e a UC 'Ecologia Aquática' passaria a UC 'Ecossistemas Aquáticos'. A coordenadora apresentou ainda outra solicitação da proposta apresentada, a saber, a inserção de uma nova unidade curricular (UC): Saúde e Meio Ambiente. Essa UC viria substituir a UC 'Arqueologia e Meio Ambiente' como uma UC Eletiva. Além dessas adequações, apresentou como proposta o ajuste de conteúdos das UCS: 'Fundamentos da Química Geral I', 'Estruturas Orgânicas' além da implantação da UC 'Química Analítica para Ciências Ambientais' (conforme documentação anexa). O Ilmo. Presidente leu o parecer da Comissão de Análises dos Projetos Pedagógicos recomendando as alterações, uma vez que elas pareceram à Comissão adequadamente justificadas. Não havendo inscrição para o debate, as alterações foram submetidas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade. Seguiu-se a apresentação das alterações de matrizes com a alteração **7B- Curso de História da Arte**. O coordenador do Curso de História da Arte, Prof. Dr. Jens Michael Baumgarten, foi convidado a apresentar as alterações propostas para o curso. O coordenador apresentou as alterações: reorganização da grade curricular com a alteração do oferecimento das UCs 'Imagem e Ciência' e 'Filosofia da Arte e Estética'. A UC 'Imagem e Ciência' oferecida originalmente no quinto (5º) termo passaria a ser oferecida no primeiro (1º), no espaço hoje dedicado a UC 'Filosofia da Arte e Estética', a qual passaria a ser ofertada no sétimo (7º) semestre ocupando o espaço de uma Eletiva, que, por sua vez, passaria a ocupar o espaço deixado pela mudança da UC 'Imagem e Ciência' (5º semestre). A reorganização das UCs foi justificada de forma a permitir um melhor aproveitamento do aluno já que alocava as UCs de formação específica após as UCs de formação complementar (maiores detalhes na documentação anexa). Em virtude das alterações propostas em CG anterior, no qual o diretor acadêmico do *Campus* Guarulhos expôs a dificuldade do corpo docente de Letras (relação docente/aluno para as disciplinas dos Domínios Conexos) solicitando a suspensão temporária dos Domínios Conexos Obrigatórios, o coordenador do curso de História da Arte apresentou a proposta de exclusão temporária, por dois (02) anos, do Domínio Conexo Fixo em Letras tal como a inclusão temporária de duas unidades do Domínio Conexo Eletivo. Esclareceu que as alterações não alterariam a carga horária da matriz. Por fim, apresentou a solicitação de alteração na nomenclatura de três (03) UCs: 'Laboratório de Pesquisa e Ensino em História da Arte', 'Propaganda e Fotografia' e 'História da Arte Indígena e Pré-Colonial'. 'Laboratório de Pesquisa e Ensino em História da Arte' passaria a ser chamada 'Laboratório de Pesquisa e Práticas em História da Arte' para evitar a utilização do termo ensino, o que sugeriria tratar-se de um conteúdo de licenciatura. A UC 'Propaganda e Fotografia' passaria a 'Design e Propaganda' para evitar sobreposição dessa UC com a UC 'História da Fotografia'. Procurando evitar o uso de termos polêmicos e pouco precisos como "pré-colonial" e "indígena" a Comissão do Curso de História da Arte propôs a alteração da denominação da UC 'História da Arte Indígena e Pré-Colonial' para 'História da Arte das Ameríndias'. O Sr. Presidente leu o parecer da Comissão de Análises dos Projetos Pedagógicos recomendando as alterações, uma vez que elas lhes pareceram adequadamente justificadas. O Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge abriu a sessão para a exposição dos presentes. A Prof.^a Dr.^a Rita Maria de Lino Tárzia, Coordenadora da Comissão dos Projetos Pedagógicos de Curso, pediu a palavra para esclarecer se a UC 'Laboratório de Pesquisa e Práticas em História da Arte' ficaria apenas como "práticas" ou como "práticas educativas", já que os dois nomes haviam sido levantados durante a discussão que antecedeu a apresentação do projeto. O Coordenador esclareceu que a Comissão optou pelo uso exclusivo de "práticas" sem citar "educativas" evitando qualquer

termo que remetesse à Licenciatura. Não havendo novas inscrições para o debate, a proposta foi votada e aprovada por unanimidade. Passou-se a discutir as alterações de 7C- **Curso de Tecnologias em Saúde**. A Coordenadora do Curso, Prof.^a Dr.^a Rosana de Alencar Ribeiro, foi convidada a apresentar as modificações propostas pela Comissão de Curso. Foi solicitada a remoção de uma Unidade Curricular “Inglês e Português para fins acadêmicos” (60 horas) da primeiro (1º) semestre da primeira (1ª) série por não haver docentes para ministrarem a disciplina no Campus. Foi solicitada, ainda, a mudança da disciplina “Bioética” (36 horas) do terceiro (3º) semestre, para o primeiro (1º) semestre. As modificações das cargas horárias de outras Unidades Curriculares solicitadas foram redistribuídas de forma a não haver prejuízo da carga horária total do curso (vide documentação anexa). Houve também a solicitação de alteração nos nomes das seguintes UCs: de “Física Básica I” para “Física Básica I (Mecânica)”, de “Física Básica II” para “Física II (Termodinâmica e Eletromagnetismo)”, de “Física Básica III” para “Física Básica III” (Óptica e Física Moderna)”, de “Física Prática I e II” para “Física Experimental I e II”, de “Matemática e Estatística” para “Fundamentos de Matemática e Estatística”, de “Fundamentos de Cálculo I e II” para “Cálculo I e II” e de “Ciências Humanas aplicadas à Saúde” para “Ciências Humanas e Sociais aplicadas à Saúde” visando uma melhor caracterização das disciplinas em conformidade com o conteúdo programático proposto para as mesmas. O Sr. Presidente leu o parecer da Comissão, o qual recomendava as alterações propostas considerando as justificativas apresentadas adequadas. Não havendo inscrições para fala, a matéria foi votada e aprovada por unanimidade. Não havendo mais alterações de matrizes curriculares em pauta, passou-se ao próximo item, a saber, 8- **Aprovação dos Projetos Pedagógicos**. Iniciou-se pela discussão de 8A – **Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Na ausência da Coordenadora do Curso de pedagogia, Prof.^a Dr.^a Celia Maria Benedicto Giglio, a Prof.^a Dr.^a Rosário Silvana Genta Lugli apresentou o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia com vistas ao processo de reconhecimento do curso junto ao MEC. Ao apresentar o projeto, a professora ressaltou sua particularidade na manutenção do Trabalho de Conclusão de Curso como um requisito obrigatório para a conclusão do Curso mesmo inexistindo obrigatoriedade deste perante o MEC. O Parecer da Comissão de Análise dos Projetos Pedagógicos de Cursos foi favorável (recomendado) considerando que o mesmo atendia às recomendações da Comissão com base nas orientações oficiais e legislações vigentes. Houve questionamento quanto à caracterização do Estágio, tendo sido explicado que, no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, os estágios estariam sempre vinculados a uma UC (disciplina). O Projeto foi submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência, foi tratado o próximo item da pauta: 8B - **Curso de Bacharelado em História**. O Sr. Presidente lembrou que, por mais que parecessem similares, os Cursos de Bacharelado e Licenciatura seriam, para o MEC, cursos independentes e deveriam ter seus Projetos Pedagógicos aprovados a parte. A professora explicou que o Projeto, ora submetido, contemplava um Bacharelado Clássico e um Bacharelado Integrado à Licenciatura (cf. documentação anexa). Não havendo pedido de palavra por parte dos presentes, o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em História foi votado e aprovado por unanimidade. Em seguida votou-se o item 8C- **Curso de Licenciatura em História**. O projeto foi aprovado por unanimidade. Passou-se ao item 8D- **Curso de Bacharelado em Ciências Sociais**. Para apresentar o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – tal como, na sequência, o de Licenciatura em Ciências Sociais – o Pró-Reitor de Graduação convidou a Coordenadora de Curso, Prof.^a Dr.^a Márcia Regina Tosta Dias. A coordenadora explicou que, na prática, os Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais seguiriam idênticos até o quarto (4º) termo. Os alunos teriam uma única entrada, seguindo uma matriz idêntica devendo apenas no referido termo optar por um dos cursos. Entre as alterações propostas encontram-se a existência de 3 UCs para o Estágio: Estágios

Supervisionados I, Estágios Supervisionados II e Estágios Supervisionados III e a Matriz de transição apresentada para o próximo ano (maiores detalhes na documentação anexa). O Sr. Presidente leu o Parecer de recomendação da Comissão de Análise do Projeto Pedagógico de Cursos, no qual se considerou que o Projeto do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais atendia às recomendações da Comissão com base nas orientações oficiais e legislações vigentes. A Comissão identificara, ainda, que na Bibliografia Básica de algumas Unidades Curriculares foram indicadas mais de vinte obras, ressaltando que, de acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação disponibilizado pelo MEC/INEP de agosto de dois mil e oito (08/2008), a biblioteca deveria adquirir um exemplar para cada oito (8) alunos. As alterações propostas, acompanhadas das devidas justificativas, foram consideradas adequadas e pertinentes. O Sr. Presidente deu voz às manifestações dos presentes, a Prof.^a Dr.^a Ana Luisa Bittencourt questionou sobre o tempo de integralização do semestre dos Cursos em semanas, uma vez que Guarulhos apresentou apenas quinze (15) semanas, enquanto Diadema teria dezoito (18) semanas letivas. A Prof.^a Dr.^a Rita Maria de Lino Tárzia solicitou a palavra para esclarecer que, na legislação, há uma variação entre tempo permitido em semanas para um semestre letivo. Dessa forma, os duzentos (200) dias letivos poderiam ser divididos em doze (12), quinze (15) ou dezoito (18) semanas. O Prof. Dr. Guerra pediu a palavra para questionar sobre a Prova Progresso não prevista no Curso. A Prof.^a Dr.^a Márcia explicou que o Curso não implantou a Prova Progresso, pois o formato da Prova não se adequava as particularidades do Curso. Em resposta, o Prof. Dr. Guerra sugeriu que a Coordenação procurasse a Comissão de Avaliação, para que, tal como o Projeto Pedagógico, ela pudesse dar suporte na implantação do instrumento avaliativo no Curso. A Prof.^a Dr.^a Márcia aproveitou para felicitar a criação da Comissão de Análise do Projeto Pedagógico de Cursos. Sem novas inscrições, o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais foi submetido à apreciação do Srs. Conselheiros, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência foi votado o último item da pauta, a saber, **8E – Curso de Licenciatura em Ciências Sociais**. Tal como para o Curso anteriormente apresentado, O Sr. Presidente leu o Parecer de recomendação da Comissão de Análise do Projeto Pedagógico de Cursos, no qual se considerou que o Projeto do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais atendia as recomendações da Comissão com base nas orientações oficiais e legislações vigentes. A Comissão identificara, ainda, que na Bibliografia Básica de algumas Unidades Curriculares teriam sido indicadas mais de vinte (20) obras, ressaltando que, de acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação disponibilizado pelo MEC/INEP de agosto de 2008, a biblioteca deveria adquirir um exemplar para cada 8 (oito) alunos. As alterações propostas, acompanhadas das devidas justificativas, foram consideradas adequadas e pertinentes. Sem novas colocações, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 11:49 com os agradecimentos do Sr. Presidente pelo trabalho desenvolvido e pela longa permanência na reunião, ultrapassando o horário previsto do término.